



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2020- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 020/2020, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Municipal, o Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8-SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **JADER PAGLIARINI SANTOS & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 79.326.732/0001-26, estabelecida na Rua Marechal Costa e Silva, 859- centro – São José das Palmeiras-PR neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. Jader Pagliarini Santos, brasileiro, casado, do comércio, portador da RG nº 4.273.552-3 e CPF nº 589.311.809-00, residente e domiciliado na Rua Marechal Candido Rondon, 1053 – centro – São José das Palmeiras-PR, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

CONSIDERANDO:

Que a empresa vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições;

Que o próprio texto legal prevê, no inciso II, que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Que a Lei de Licitação, bem como o contrato acima citado, permitem a realização do presente termo aditivo;

Assim sendo, celebram o Município de São José das Palmeiras e a empresa Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda, o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:

DAS ALTERAÇÕES

A Cláusula Quarta passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de Janeiro de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	470	03.001.04.122.0002.2009	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	530	03.001.04.122.0002.2009	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	930	05.001.12.361.0004.2014	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1200	05.001.12.361.0004.2019	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1290	05.001.12.361.0004.2019	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	1680	05.002.13.392.0005.2025	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1720	05.002.13.392.0005.2025	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	1790	06.001.10.301.0007.2027	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	1810	06.001.10.301.0007.2027	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	2170	06.002.10.301.0007.2036	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2240	06.002.10.301.0007.2036	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	2810	07.001.15.452.0008.2044	0	3.1.90.94.00.00	Do Exercício
2020	2830	07.001.15.452.0008.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	2920	07.001.15.452.0008.2044	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	3010	07.002.26.782.0009.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

2020	3080	07.002.26.782.0009.2045	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	3760	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	3790	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	3850	09.002.08.244.0012.2058	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	4000	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2020	4040	09.003.08.243.0012.2062	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Clausula Nona passa ter seguinte redação:

Cláusula Nona – A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado.

As demais cláusulas do contrato originário, datado de 17 de Agosto de 2020, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

São José das Palmeiras, 25 de Agosto de 2021

Contratante

Município de São José das Palmeiras
NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Contratada

Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda.
Sr. Jader Pagliarini Santos
RG nº 4.273.552-3

17-04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2020- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecer Produtos de Panificação e Confeitaria para Atender diversas Secretarias do Município de São José das Palmeiras – PR.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda.

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 31 de Agosto de 2021, para 31 de Janeiro de 2022. Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato Licitatório, afim de que passe a figurar como fiscal do Contrato a Sra. Isabela Aparecida Arbolea, excluindo a servidora Sra. Marisa Mendes de Araújo, de tal atribuição, nos termos da portaria nº 051/2021.

São José das Palmeiras/PR, 25 de Agosto de 2021.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Art. 27 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

§ 2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§ 3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio corresponde ao número de acolhidos.

§ 4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

Inciso I Pessoas usuárias de substância psicoativas;

Inciso II Pessoas que convivem com o HIV;

Inciso III Pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

Inciso IV Pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;

Inciso V Excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§ 5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de mínimo de 10 (dez) anos.

§ 6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§ 7º A Família Acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§ 8º O valor da bolsa-auxílio será de R\$ 1.500 (Hum mil e quinhentos reais), mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano.

Art. 2826A Família Acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

Inciso I A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à Família Acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

Inciso II A concessão da bolsa-auxílio para a Família Acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da Família Acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte oito) dias;

Inciso III Nos casos em que o acolhimento for inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

Inciso IV Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC - ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Capítulo VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 290 processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - Suas, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Parágrafo único Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e ao Conselho Tutelar acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, aos 26 dias de Agosto de 2021.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

Publicado por:

Fernanda Souza Pereira

Código Identificador:57ECAFP99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
056/2020- PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
056/2020- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecer Produtos de Panificação e Confeitaria para Atender diversas Secretarias do Município de São José das Palmeiras – PR.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: Jader Pagliarini Santos & Cia Ltda.

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 31 de Agosto de 2021, para 31 de Janeiro de 2022.

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato Licitatório, afim de que passe a figurar como fiscal do Contrato a Sra. Isabela Aparecida Arboleya, excluindo a servidora Sra. Marisa Mendes de Araújo, de tal atribuição, nos termos da portaria nº 051/2021.

São José das Palmeiras/PR, 25 de Agosto de 2021.

NELTON BRUM

Prefeito Municipal

Publicado por:

Fernanda Souza Pereira

Código Identificador:AEEBBCE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
057/2020- PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº
057/2020- SJP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecer Produtos de Panificação e Confeitaria para Atender diversas Secretarias do Município de São José das Palmeiras – PR.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: Zilda Couto da Silva & Cia Ltda.

Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.